

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA**

CAROLINA GALVÃO DE PAULA

**INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DOS EGRESSOS DO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DA UFMG**

Belo Horizonte

2016

**CAROLINA GALVÃO DE PAULA**

**INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DOS EGRESSOS DO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DA UFMG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientadora: Eleonora Schettini M. Cunha.

Belo Horizonte

2016

## **AGRADECIMENTO**

Chegar até aqui é resultado de uma soma de vários privilégios que tive, ou seja, estive em vantagem em detrimento da maioria. É um privilégio ter uma família como a minha, bem estruturada, que sempre me apoiou, me deu suporte e incentivou minhas escolhas e muitas vezes me ajudou a ver o melhor caminho a seguir. Pude estudar nas melhores escolas, ter acesso a livros e conhecimento, privilégios esses que muitos brasileiros não têm. Estudar sempre foi minha prioridade, o que me proporcionou ser aprovada em uma das melhores e mais renomada instituição do país, estudar na UFMG, ter aula com os melhores mestres e apreender muito.

Mas a privilégios não se agradece, os reconhece para então minimizar seus efeitos de desigualdade. Desejo e me comprometo, trabalhar com o objetivo de transformar tudo isso que tive acessível a todos, para que as oportunidades sejam as mesmas. Assim sendo, reconheço os esforços da minha mãe Rosemary Galvão, do meu pai, Wagner de Paula, da minha irmã, Fernanda Galvão de Paula, dos meus avôs, avós, tios, tias, primos e primas, que realizam comigo esse sonho. Reconheço também a paciência e ajuda de todos os meus amigos. Meu reconhecimento ao Wander Wenceslau Pereira, secretário do Curso de Gestão Pública da UFMG, cujas contribuições foram essenciais para a realização desta pesquisa. E reconheço todos os meus mestres pelo conhecimento passado, em especial a orientadora desse trabalho, Eleonora Schettini, que dividiu comigo sua sabedoria, teve presteza em ajudar e é um exemplo de Gestora Pública a ser seguido. O meu eterno e sincero reconhecimento.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo caracterizar os egressos do curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, do período de 2012 (segundo semestre) a 2015 (primeiro semestre), bem como conhecer sua opinião sobre o Curso e a profissão escolhida. Para alcançar este objetivo, realizou-se um estudo descritivo exploratório, que envolveu análise documental sobre o campo de públicas e sobre o Curso da UFMG, bem como a realização de um *survey* envolvendo 39 indivíduos (55%) de uma população de 71 graduados, que responderam a um questionário em meio eletrônico, por meio do qual buscou identificar o perfil do egresso, a sua inserção no mercado de trabalho - setor de atuação profissional e função exercida – bem como a satisfação em relação à graduação escolhida e à colocação profissional alcançada. Os resultados apontam que os pesquisados, após a conclusão da graduação, em sua maioria, encontram-se inseridos no mercado de trabalho ao qual o curso se destina, ou seja, o setor público, estatal ou não. A faixa salarial é de três a seis salários mínimos e estão no emprego atual de 1 a 2 anos. Percebe-se, também, a satisfação em geral com a escolha da profissão.

**Palavras-chave:** egresso, Campo de Públicas, Gestão Pública, mercado de trabalho.

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 - Egressos do Curso de Gestão Pública da UFMG .....	43
TABELA 2 - Relação de cursos do Campo de Pública no Brasil em atividade .....	51

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Diagrama Ilustrativo do Campo de Públicas na Carta de Balneário Camboriú .....	15
GRÁFICO 1- Sexo, estado civil, raça/cor e local de residência dos respondentes..	28
GRÁFICO 2- Nível de escolaridade da mãe .....	30
GRÁFICO 3 – Porcentagem de respondentes de acordo com o ano e semestre de ingresso no curso .....	31
GRÁFICO 4 – Ano e semestre de integralização do curso dos respondentes .....	32
GRÁFICO 5 – Inserção no mercado de trabalho ao concluírem a graduação.....	35
GRÁFICO 6 – Inserção no mercado de trabalho, quando a pesquisa foi realizada	35

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. O CAMPO DE PÚBLICAS.....	11
1.1 O ensino da Administração Pública no Brasil .....	11
1.2 O Campo de Públicas.....	15
2. O CURSO DE GESTÃO PÚBLICA DA UFMG: CRIAÇÃO, OBJETIVOS, ESTRUTURA, PERSPECTIVAS.....	19
3. OS EGRESSOS DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA DA UFMG .....	26
3.1 O perfil dos ex-alunos.....	28
3.2 O percurso acadêmico.....	31
3.3 A avaliação sobre o curso .....	33
3.4 Sobre a inserção no mercado de trabalho após o Curso.....	34
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41
APÊNDICES.....	43
ANEXOS.....	51

## INTRODUÇÃO

Desde a década de 1930 observa-se um movimento no sentido de criar as condições para a estruturação de uma burocracia especializada que possa atuar no Estado: surgem setores estatais para responsabilizar-se por este processo, bem como vão sendo efetivados cursos na área da Administração Pública. Com a ampliação das esferas de atuação e intervenção do Estado, com órgãos e funções especializadas, cresce a demanda, no Brasil, por profissionais qualificados que entendam a estrutura do Estado, suas características políticas e seu papel como provedor de serviços públicos, bem como possuam formação específica para atuar neste Campo.

Nesse contexto, o Campo de Públicas torna-se mais expressivo a partir do começo do século XXI, com o restabelecimento da democracia e a crescente demanda por profissionais que melhorem a qualidade do serviço público. Somando-se a isso, é instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) <sup>1</sup>, lançado pelo Governo Federal em 2003, que possibilitou a criação de novos cursos no ensino superior do Brasil.

Nessa conjuntura de expansão da demanda e de afirmação do Campo estavam lançadas as bases para a criação do Curso de graduação em Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com a adesão desta ao Reuni. O Curso teve a entrada da primeira turma no ano de 2009 e sua primeira formatura no ano de 2012.

Contudo, dúvidas entre os egressos do ensino superior quanto onde irão atuar, a inserção no mercado de trabalho e se de fato a teoria da sala de aula se adapta à prática do trabalho são comuns. Para os estudantes de Gestão Pública a dúvida quanto ao futuro profissional após a graduação é um pouco mais recorrente. Gestor Público ainda não é uma profissão regulamentada, o que pode dificultar a entrada desses profissionais ao mercado de trabalho e, por isso, há uma movimentação dos profissionais com o objetivo de avançar nesse sentido. Assim sendo, tem-se a impressão que, ao final da graduação, as oportunidades de trabalho ficam limitadas.

---

<sup>1</sup> Reuni é um programa do governo federal, criado em 2003, que busca a ampliação do número de vagas em cursos de graduação já existentes e estimula a criação de novos cursos oferecidos pelas instituições federais de ensino superior (Ifes). (Fonte: Portal do MEC <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em 20 de novembro de 2015).

É notória a importância da educação, principalmente a de nível superior, como provedora de oportunidades. É por meio dela que se espera alcançar mais e melhores condições de colocação no mercado de trabalho. Desta forma, é relevante verificar se, de fato, os egressos do curso de Gestão Pública, conseguiram ingressar no mercado de trabalho dentro da área de atuação ao qual o curso se destina.

Conhecer as condições de absorção pelo mercado de trabalho dos graduados e a opinião deles sobre esse processo é importante para o curso de Gestão Pública, permitindo o seu aperfeiçoamento, e para os próximos alunos que venham nele a se formar, pois lhes dá uma dimensão das possibilidades existentes e de caminhos que podem escolher após estarem formados.

A inexistência de informações sobre esse tema levou à proposição do presente estudo, ou seja, esta pesquisa é pioneira neste sentido, uma vez que não há estudos anteriores sobre a situação dos egressos do curso de Gestão Pública da UFMG. Possivelmente porque o curso ainda é muito recente, mas trabalhos como estes são necessários e pertinentes para o aprimoramento e evolução do curso. Jogar luz a esse tema, uma vez que é um estudo inexplorado, servirá de insumo para futuras pesquisas.

Assim sendo, este estudo tem como objetivo caracterizar os egressos do curso de Gestão Pública de UFMG, que integralizaram o curso entre o segundo semestre de 2012 e o primeiro semestre de 2015, e apresentar a situação profissional desses egressos e sua opinião sobre o curso.

O estudo proposto demandou uma revisão bibliográfica e documental sobre o Campo de Públicas, assim como sobre o curso de graduação de Gestão Pública da UFMG, passos essenciais para contextualizar as características e compreender a situação dos egressos no mercado de trabalho.

Um segundo movimento demandou a realização de um *survey* com os egressos do curso, realizado via questionário aplicado por meio eletrônico, sediado na plataforma de formulário da *Google*. Foram convidados 64 egressos e 39 responderam ao questionário. A coleta de dados foi realizada encaminhando-se por e-mail ou via *Facebook* o questionário a ser respondido. Os dados foram armazenados e analisados utilizando-se a plataforma de Excel da *Google*.

O resultado deste estudo está apresentado em três capítulos. O primeiro destina-se a apresentar o Campo de Públicas, no qual o curso de Gestão Pública

está inserido, resgatando, brevemente, a história desse campo de estudo. Já o segundo capítulo descreve o curso de Gestão Pública da UFMG, expondo a estrutura, os percursos curriculares, o corpo docente, as diretrizes, entre outras características do curso.

No terceiro capítulo, analisa-se os egressos do curso, com base nos resultados obtidos pela metodologia aplicada. É quando as características e situações dos egressos são apresentadas. Por último, o trabalho será finalizado com algumas considerações formuladas a partir do estudo e sugestões para a continuidade da pesquisa. A expectativa é de que o estudo possa trazer informações que possibilitem não só conhecer melhor os resultados do processo de formação em Gestão Pública, na UFMG, mas também o aperfeiçoamento do Curso, contribuindo também para o Campo de Públicas, dada a relevância do Curso nesse meio.

## **1. O CAMPO DE PÚBLICAS**

As seções a seguir destinam-se a apresentar a trajetória do ensino da Administração Pública no Brasil e do Campo de Públicas. Trajetórias essas marcadas por crises e redefinições e com alguns desafios futuros a serem enfrentados. Para tanto foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica para compreender e descrever a conjuntura na qual ambos vêm se estruturando nos últimos anos com o objetivo de posteriormente contextualizar a criação do Curso de Gestão Pública da UFMG e caracterizar seus egressos. Assim sendo, esse capítulo está dividido em duas seções a primeira referente ao ensino da Administração Pública no Brasil e o segundo a respeito do Campo de Públicas.

### **1.1 O ensino da Administração Pública no Brasil**

A história da Administração Pública brasileira é:

marcada por uma sociabilidade configurada com fundamentos em favores, personalidades, clientelismo, fisiologismo, promiscuidade entre interesses públicos e privados, corrupção e exclusão. (PROCOPIUK, 2013, p.270).

Ou seja, trabalhar no governo, por muito tempo na história do Brasil, foi uma troca de favores, por mais que qualquer cidadão pudesse ser admitido aos cargos públicos, o critério de contratação, na maioria das vezes, não era a competência. Quem ocupava os cargos em órgãos públicos eram pessoas que tinham contatos influentes e, em outros casos, algum parentesco.

A Constituição de 1934, contudo, inicia um importante processo de mudança: estabelece o concurso público no ordenamento jurídico brasileiro, como processo imparcial de nomeação de funcionários públicos, mas só em 1967 ele se torna obrigatório para ingresso em cargos públicos (MELLO, 1990). Assim, o concurso público vem com o objetivo de selecionar pessoas competentes com base no critério de meritocracia para ocuparem e exercerem a função pública. Concomitante a este processo de profissionalização do setor público está a formação de pessoas capacitadas para exercerem funções em tais órgãos públicos.

A construção desse Campo no Brasil, como Coelho (2006) muito bem apresenta em sua tese de doutorado, passa por três momentos embrionários,

seguidos de três ciclos, sendo que posteriormente ele acrescenta um quarto ciclo.

O primeiro momento é denominado por Coelho (2006) como: “Das alusões do império ao advento da administração científica no Brasil” e diz respeito ao século XIX, tendo início em 1854, quando foram estabelecidas as primeiras Faculdades de Direito no Brasil. Nesse período, as ciências jurídicas se confundiam muito com a administração do Estado, principalmente devido ao direito administrativo. Tal fato perdurou até 1930, quando começa o segundo momento, marcado pela reforma administrativa imposta pela ditadura de Getúlio Vargas e a criação, a partir da Constituição de 1937, do departamento administrativo, que futuramente daria origem ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), cujas ações eram pautadas pelo pressuposto “governar é administrar” (PROCOPIUK, 2013). Tal departamento, sem dúvida, contribuiu para a instituição da carreira de técnico administrativo no Estado e a formação acadêmica em Administração Pública no Brasil (COELHO, 2006).

O terceiro momento, por sua vez, abrange de 1944 a 1952, e é relevante devido à instalação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) que conciliou “o embasamento teórico das humanidades com uma vertente funcional-instrumental de gerência pública” (COELHO, 2006, p.78), sendo a pioneira a formar bacharéis para esse campo do saber.

Assim o Campo de Públicas tem, nitidamente, sua trajetória aliada com a Fundação Getúlio Vargas, que trouxe o primeiro curso de Administração Pública para o Brasil, na década de 1950. A partir de então, em 1952, inicia-se o primeiro ciclo do Campo de Públicas que vai até 1965, marcado pelo surgimento e difusão do ensino de graduação em Administração Pública no Brasil, impulsionado principalmente pela escola Brasileira de Educação Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP/FGV). O curso logo estava inserido em diversas universidades, sobretudo, nas federais. (COELHO, 2013)

É importante lembrar que a UFMG, em 1952, teve o Curso Extraordinário de Administração Pública, que na oportunidade era ministrado pela Faculdade de Ciências Econômicas. Tal curso tinha como finalidade,

atender aos reclamos da área administrativa dos governos, numa época em que a gerência dos negócios públicos, dadas as novas tarefas que a

expansão econômica e social atribui ao Estado, assumiu primordial relevância. (Machado *apud* Coelho, 2006, p. 31).

O currículo do curso da UFMG, àquela época, era estruturado da seguinte forma: no primeiro ano eram ministradas as disciplinas de Matemática, Geografia, Direito (Público e Privado), Economia I, Introdução à Administração Pública, Contabilidade Geral. No segundo ano: Legislação Tributária e Fiscal, Economia II, Sociologia da Administração, Organização & Métodos, Psicologia Geral, Estatística Geral e Política. Já no terceiro ano as matérias eram: Estatística Aplicada à Administração, Relações Públicas, Direito do Trabalho, Administração de Pessoal, Administração de Material, Psicologia Aplicada à Administração. E no último ano Técnica Documental, Direito Administrativo, Contabilidade Pública, Finanças Públicas e Administração Financeira, História Social Política e Economia do Brasil, Planejamento na Administração Pública (MACHADO *apud* COELHO, 2006, p.31). Como pode ser observado, os dois primeiros anos eram de fundamentação e os dois últimos centrado nas técnicas administrativas. (COELHO, 2006). Em 1965 o curso foi integrado ao curso de Administração de Empresas, criado em 1954, o que resultou no curso de Administração da FCE- UFMG que existe até hoje.

O segundo ciclo (1966-1982) foi o auge e a retração do ensino de Administração Pública no Brasil. Esse se diversificou como administração para o desenvolvimento (planificação econômica e planejamento governamental). Contudo, no pós-70 a situação política do momento (milagre econômico) e a valorização da administração de empresas no país, fez com que houvesse a junção dos cursos de Administração Pública e de Empresas com o currículo mínimo. Tal fato contribuiu para que disciplinas de Administração de Empresas fossem inseridas aos cursos de Administração Pública. Essa sobreposição, de certa forma, descaracterizou os segundos que, por sua vez, perderam a especificidade e aos poucos foram extintos. Posteriormente, ainda no período da ditadura militar, muitas escolas passaram a formular cursos que possuíam uma visão estadista, mas ainda de uma maneira tímida. (COELHO, 2013).

O terceiro ciclo (1983-1994) foi marcado pela interrupção da EBAP/FGV, que simbolizou a descontinuidade dos cursos de Administração Pública no Brasil. Tal período era de total crise de Estado no país e, portanto, não parecia fazer mais tanto sentido e/ou não era visto como tão necessário, um curso de Administração Pública, o que fez com que a inércia permanecesse. Os cursos que foram

mantidos se confundiam com o mimetismo da Administração de Empresas. Com a redemocratização e a Constituição Federal de 1988, o início dos anos 1990 foi marcado pela retomada, mesmo que tímida do ensino de Administração Pública no Brasil.(COELHO, 2013).

O quarto ciclo abrange o período de 1995 a 2004 no qual o ensino de Administração Pública volta a ganhar fôlego com a abertura de novos cursos, devido principalmente à reforma do Estado, ocorrida em 1998, e à redemocratização. O marco instituído pela Constituição Federal de 1988 contribuiu para a ampliação do *locus* do setor público e a mudança no perfil da formação acadêmica e profissional em/para administração pública no Brasil (COELHO *apud* FILGUEIRAS; LOBATO, 2015).

A partir daí nota-se uma expressiva expansão dos cursos deste campo, inclusive com a adoção de inovações na sua estrutura e na forma de oferta. Em 1995 havia no Brasil 13 cursos de graduação em Administração Pública que eram subordinados ao curso de Administração, ou seja, eram habilitações. (PIRES, *et. al.*, 2014). Em 2016, quando esta pesquisa foi realizada, existem 297 cursos que compõem o Campo, dos quais 85 em grau de bacharelado, dentre esses 46 são na modalidade presencial, englobados por universidades e institutos federais, estaduais e privados, em 15 estados. Além desses, existem 206 cursos de grau tecnólogo e 6 sequenciais, divididos em 172 presenciais e 40 à distância<sup>2</sup>, como pode ser observado no Anexo A, onde consta a relação de todos os cursos ativos do Campo de Públicas no Brasil, atualmente.

---

<sup>2</sup> Segundo dados obtidos do portal do MEC, cuja relação encontra-se no Anexo A. “Tal base de dados é oficial e única de informações relativas às Instituições de Educação Superior – IES e cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino. Os dados do Cadastro e-MEC devem guardar conformidade com os atos autorizativos das instituições e cursos de educação superior, editados com base nos processos regulatórios competentes. (Portaria Normativa MEC nº 40/2007). É facultado à IES pertencente ao Sistema Estadual de Ensino, regulada e supervisionada pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, fazer parte do Cadastro e-MEC, entretanto, as informações relacionadas a elas são declaratórias e de responsabilidade exclusiva dessas instituições. Quanto aos Cursos de Especialização, apresentados no Cadastro e-MEC, as informações são de cunho declaratório e quaisquer irregularidades são de responsabilidade da respectiva instituição, seja em âmbito cível, administrativo e penal.” Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acessado no dia 22 de abril de 2016.

## 1.2 O Campo de Públicas

A expressão Campo de Públicas é utilizada:

para designar, essencialmente, um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia. (PIRES, 2014, p.112)

Esse Campo congrega os cursos de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Gestão Social, Políticas Públicas e Gestão de Políticas Públicas. E é um movimento enquanto área de estudo, pesquisa e prática profissional, emergente em expansão, que está em constante construção e vai aos poucos se consolidando e institucionalizando.

A Carta de Camboriú, elaborada em 2010 na oportunidade do IX Encontro Nacional de Estudantes do Campo de Públicas (ENEAP), pela comunidade acadêmica que compõe o Campo, como estudantes e professores, contribuiu significativamente para a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Administração Pública, bacharelado, Resolução n.1 de 2014, e para disseminar o movimento. Nela a área de conhecimento dos cursos do Campo de Públicas foi ilustrada da seguinte maneira:

**Figura 1 - Diagrama Ilustrativo do Campo de saber de Públicas na Carta de Balneário Camboriú**



Fonte: Carta de Balneário Camboriú (2010, p.3).

Após vários encontros e discussões, o Campo foi sendo pensado e estruturado pelos membros da rede, que elaboraram diversos documentos, como a Carta de Camboriú. Nesse contexto, a grande conquista foi a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Administração Pública, bacharelado, homologadas em 2013 (Resolução n.1, 2014). Este foi um marco para a consolidação do Campo de Públicas, uma vez que os cursos foram formalmente reconhecidos. Obviamente tal conquista veio por meio de muita luta, principalmente dos atores do campo, como professores, estudantes e pesquisadores.

Com base nas DCNs fica instituído que:

Art. 5º O curso de graduação em Administração Pública deverá contemplar, em seus projetos pedagógicos e na sua organização curricular, conteúdos que revelem, em uma perspectiva histórica e contextualizada, compromisso com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.

Além de “conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiro” (MEC/CNE, 2014). Assim os bacharéis tem uma formação:

“humanista e crítica” de profissionais e pesquisadores, constituem seus princípios fundamentais o compromisso com desenvolvimento econômico e social, com os valores e princípios do Estado republicano e democrático, com a redução de desigualdades e com a promoção da cidadania e da justiça social. (FILGUEIRAS, 2015, p.106).

Atualmente o Campo está se estruturando e conta com Associações, Eventos, Federação, Congresso, entre outros, que são prova do crescimento exponencial na última década, no Brasil.

Um marco desse processo é o Encontro Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas (ENEAP), que teve sua primeira edição em 2002, sendo que no ano de 2016 acontecerá sua décima quinta edição, que será realizada em Natal, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Desde então, tem edições todos os anos e sempre em locais distintos e a cada ano com um número maior de adesão de estudantes e docentes (PIRES, *et. al.*, 2014). Tal encontro nasceu com o objetivo de unir estudantes dos cursos relacionados ao Campo, de diversas regiões do país. E é organizado pelos próprios acadêmicos, contando com palestras, debates, workshops e oportunidade de lazer. O ENEAP, sem dúvida,

convergiu para o desenvolvimento do Campo.

Por sua vez, a FENEAP (Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas) e o Fórum de Professores e Coordenadores dos Cursos do Campo de Públicas foram fundados em 2007, na ocasião da sexta edição do ENEAP, em Florianópolis.

Ressalta-se que o Fórum de Professores e Coordenadores foi co-criado por um professor da EACH-USP e por um aluno, na ocasião, da Esag-Udesc, com o apoio da ONG Oficina Municipal. A ideia inicial em 2007 era aproveitar o encontro dos estudantes (Eneap) para dar o primeiro passo para se formar um fórum acadêmico permanente entre as instituições de educação superior que ofertavam cursos de graduação em administração pública e correlatos, com os intuítos de: construir uma filosofia explícita e clara nesse ensino; produzir referências bibliográficas adequadas às várias realidades; e ensejar vínculos com o setor público. A partir de 2008 o Fórum entrou, definitivamente, na programação dos Eneaps; em 2008 e 2009 manteve o patrocínio da ONG Oficina Municipal e em 2010 e 2011 contou com a parceria do Instituto Henfil. Em 2012 e 2013, por sua vez, o Fórum foi realizado com o apoio institucional da Feneap. (PIRES, *et. al.*, 2014, p. 114).

Em 2015, foi criada a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP) que definiu, em estatuto, seus objetivos, sendo alguns deles:

I – Apoiar, aperfeiçoar, estimular e realizar estudos que contribuam para o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão universitária nos cursos do Campo de Públicas.

IV – Promover o intercâmbio e a interação entre professores, pesquisadores, gestores acadêmicos, estudantes e egressos dos cursos de graduação e pós-graduação do Campo de Públicas.

V – Contribuir para o aprimoramento do desempenho dos cursos de graduação e pós-graduação do Campo de Públicas na formação acadêmica, científica, ética, cultural e profissional dos estudantes.

VI – Contribuir para a melhoria da ação governamental, com especial foco em atividades que propiciem a qualificação dos profissionais que atuem na área pública, tais como cursos, eventos e outras iniciativas afins.

VII – Atuar em prol da disseminação de conhecimentos, metodologias e técnicas que melhorem o desempenho dos governos e instituições públicas e, ao mesmo tempo, contribuam para a inclusão democrática e republicana, gerando benefícios coletivos.

VIII – Contribuir com a atuação de organizações da sociedade no aprimoramento das políticas públicas e dos serviços públicos.

IX – Incentivar e promover a defesa do livre exercício das atividades dos profissionais do Campo de Públicas, buscando a isonomia com outros profissionais.

XIV – Contribuir com os órgãos de regulação educacional nos processos de planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais afetas aos cursos do Campo de Públicas.

Além disso, é importante lembrar que, em 2015, ocorreu pela primeira vez o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) para os alunos que se formarão em 2016 nos cursos que compõem o Campo de Públicas. Tal fato é um marco como prova do avanço e das conquistas do Campo que está sendo reconhecido e contendo seu próprio espaço.

Em maio de 2016, enquanto este trabalho estava sendo escrito, o Conselho Federal de Administração, por meio da Resolução Normativa n.479, dispôs sobre o registro de bacharéis em cursos conexos ao de Administração. Na oportunidade, foram autorizados o registro de bacharéis de onze cursos distintos, dentre os quais está incluso Gestão Pública, assim como Turismo e Marketing. Tal fato, sem dúvida, será objeto de muita discussão. Por hora consideramos relevante tal informação, que pode contribuir para uma das maiores reclamações dos egressos no que tange a prestar concursos públicos, uma vez que a maioria exige registro em Conselho.

Após esse breve histórico, pode-se afirmar que a “Administração Pública tem uma lógica própria, requerendo o desenvolvimento de técnicas de gestão adequadas, além de uma formação específica para os gestores públicos.” (PAES DE PAULA, 2013, p. 47). Ou seja, não é possível considerar a Administração (de empresas) e suas teorias apropriadas para a Administração Pública, e é preciso produzir mais conhecimento a respeito dessa área que está em construção e, citando mais uma vez Paes de Paula, “está sempre sendo reinventada, e enquanto houver vitalidade democrática permanecerá como um projeto inacabado.” (PAES DE PAULA, 2013, p. 47).

A ênfase no ensino da Administração Pública nos últimos anos foi retomada, contudo enfrenta alguns desafios e dificuldades para o seu desenvolvimento que englobam “extensão gradual de sua definição para a arena da pós-graduação e do sistema de pesquisa, de forma a fortalecer seu *status* de área de conhecimento multidisciplinar.” (PIRES, *et. al.*, 2014, p. 112,).

A estruturação recente deste campo, na UFMG, passa pela criação do Curso de Gestão Pública, que será o tema do próximo capítulo.

## **2. O CURSO DE GESTÃO PÚBLICA DA UFMG: CRIAÇÃO, OBJETIVOS, ESTRUTURA E PERSPECTIVAS**

O curso de graduação em Gestão Pública, criado devido à adesão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (Reuni) teve, em 2009, a entrada da sua primeira turma. E na avaliação feita pelo Ministério da Educação (MEC), em 2013, o curso recebeu nota 5, o valor máximo<sup>3</sup>.

A criação do curso foi fruto do fortalecimento das áreas de pesquisa e extensão do Departamento de Ciência Política, que também é responsável por oferecer um curso de especialização em Políticas Públicas. Tal departamento faz parte da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich), da UFMG. Logo o enfoque do curso é mais articulado com a Ciência Política, do que com o Direito ou a Ciência Administrativa, o que justifica a maior parte das disciplinas que compõem a grade curricular do curso ser ministrada por professores dos departamentos de Ciência Política.

O curso foi criado no contexto de expansão do Campo de Públicas, com o objetivo de formar profissionais para ocupar cargos estratégicos em instituições voltadas para o interesse público. A demanda por esse profissional tem crescido no Brasil porque o Estado vem expandindo cada vez mais seu escopo de atuação e sofre a carência de gestores públicos com formação universitária específica para ocupar os cargos que demandam conhecimento especializado.

Gestão Pública é um curso de bacharelado, noturno, com duração de 4 anos, ou seja, 8 períodos, com duas entradas anuais, sendo 40 vagas por semestre. Em razão das DCN, aprovadas em 2014, o Curso passou por um processo de reforma, que vigora a partir de 2016. No entanto, para este trabalho, que analisa dados e informações que antecedem este processo, considerou-se a estrutura original do Curso e o projeto de sua criação e implantação, que vigorou entre 2009 e 2015.

A admissão no curso se dá, conforme o Regimento Geral e as Normas Gerais do Ensino de Graduação da UFMG, preferencialmente através do Sistema

---

<sup>3</sup> Fonte: MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 22 de abril de 2016.

de Seleção Unificada (SISU), que é aberto a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou estudos equivalentes e realizado o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Há também outras três vias de entrada: transferência, reopção e obtenção de novo título, caso haja vagas remanescentes do vestibular e conforme definição do Colegiado do Curso.

A transferência de alunos para o Curso de Gestão Pública da UFMG é concedida a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação correspondentes ou afins de outras instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras. As regras para acatamento de transferências estão em resolução específicas da UFMG [...] A reopção consiste em procedimento de mudança do aluno da UFMG de um curso de graduação para outro. [E a obtenção de novo título] é a aceitação da matrícula no Curso de Gestão Pública de graduados em cursos superiores de instituições públicas ou privada a depender da aprovação em vestibular específico da UFMG. (SILVA, 2010).

A matriz curricular do curso abrange vinte e seis disciplinas obrigatórias que se concentram ao longo dos cinco primeiros períodos. Entre o quinto e o oitavo período prevalecem as disciplinas optativas. A estrutura curricular obrigatória incluiu estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso para a formação do profissional.

As disciplinas obrigatórias que devem ser cursadas estão expressas no Quadro 1, abaixo, assim como estão relacionadas, no Quadro 2, em seguida, a relação de disciplinas optativas definidas pelo Curso.

**Quadro 1 - Grade de disciplinas do curso de Gestão Pública da UFMG**

<b>Período</b>	<b>Disciplinas</b>				
1º	Fundamentos de Análise Política	Metodologia	Introdução à Gestão Pública	Matemática	Fundamentos de Análise Sociológica
2º	Instituições Políticas Comparadas	Aspectos Legais da Gestão Pública	Introdução à Economia	Estatística	Sociologia das Organizações Públicas
3º	Análise de Políticas Públicas	Estado e Políticas Sociais	Políticas de Financiamento do Setor Público	Economia do Bem Estar	Econometria

4º	Gestão no Âmbito Público Não Estatal	Gestão no Âmbito do Poder Legislativo	Gestão no Âmbito do Poder Executivo	Planejamento e Gestão em Organizações Públicas	Política, Economia e Sociedade no Brasil
5º	Gestão e Tecnologias da Informação	Avaliação de Políticas Públicas	Gestão de Projetos e Empreendimentos Públicos	Optativas e Formação Complementar	Optativas e Formação Complementar
6º	Elaboração de Projetos	Optativas e Formação Complementar	Optativas e Formação Complementar	Optativas e Formação Complementar	Optativas e Formação Complementar
7º	Estágio Obrigatório	Optativas e Formação Complementar	Optativas e Formação Complementar	Optativas e Formação Complementar	Optativas e Formação Complementar
8º	Trabalho de Conclusão de Curso	Optativas e Formação Complementar	Optativas e Formação Complementar	Optativas e Formação Complementar	Optativas e Formação Complementar

Fonte: UFMG. Grade Curricular do Curso de Gestão Pública. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/gestaopublica/gestaopublica/Home/O-curso/Estrutura-Curricular>>. Acesso em 22 de abril de 2016.

**Quadro 2 - Disciplinas optativas ofertadas pelo curso de Gestão Pública da UFMG**

Corrupção, Democracia e Interesse Público
Democracia e Cidadania em Perspectiva Comparada
Democracia e Participação
Democracia, Redistribuição, Reconhecimento e Representação
Democracia, Representação e Participação Políticas
Direitos e Cidadania
Elaboração de Projetos
Esfera Pública e Associativismo
Estado e Políticas Sociais no Brasil
Estatística BI
Federalismo, Descentralização e Políticas Públicas
Gênero e Políticas Públicas
Gestão de Projetos e Empreendimentos Públicos
Gestão e Orçamentos Participativos
Gestão Pública com Foco em Direitos Humanos
Globalização e Cidadania

Governança, <i>Accountability</i> e Democracia
Instituições e Estratégias Políticas
Instituições Políticas
Instituições Políticas e Desenvolvimento na América Latina
Introdução ao Interesse Público
Laboratórios de Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas
Legislativos Subnacionais em Perspectiva Comparada
Modelos de Governança
Movimentos Sociais e Sociedade Civil
O Sistema Político Brasileiro
Orçamento e Contabilidade das Instituições Públicas
Organização, Comportamento e Produção Legislativos
Organizações Não Governamentais Nacionais e Internacionais
Planejamento e Gestão em Organizações Públicas
Política Brasileira I
Política Brasileira II
Políticas de Financiamento do Setor Público
Política Internacional
Projeto do TCC
Representação, Participação e Deliberação Política
Sistemas Eleitorais em Perspectiva Comparada
Sistemas Partidários em Perspectiva Comparada
Tendências da Gestão Pública Contemporânea
Teoria da Agência: Cidadãos, Representantes Eleitos e Burocracias Públicas.
Teoria Política Contemporânea
Teorias da Justiça Social
Terceiro Setor, Empreendedorismo e Responsabilidade Social
Tópicos em Demografia
Tópicos em Desenvolvimento Econômico e Regional
Tópicos em Gestão no Poder Executivo

Tópicos em Gestão no Poder Legislativo
Tópicos em Gestão Pública Não-Estatal
Tópicos em Metodologia
Tópicos em Política
Tópicos em Política Internacional
Tópicos em Sociologia
Universalização e Focalização de Políticas Públicas

Fonte: UFMG, Grade Curricular do Curso de Gestão Pública. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/gestaopublica/gestaopublica/Home/O-curso/Estrutura-Curricular/Disciplinas-Optativas>>. Acesso em 22 de abril de 2016.

A relação das disciplinas obrigatórias e optativas possibilita verificar que, na graduação, o aluno cursa disciplinas relacionadas às ciência política, sociais, econômicas e ciências da informação. Além de dispor grande rol de disciplinas optativas, como pôde ser observado acima, que direcionam o campo de atuação do graduado de acordo com o seu interesse dentro da Gestão Pública, sem, no entanto, o limitar. Ou seja, é possível optar entre quatro percursos curriculares: poder Executivo, poder Legislativo e setor público não estatal e integralização sem ênfase.

O aluno pode, ainda, integralizar créditos por meio da formação complementar e da formação livre, de acordo com o princípio de flexibilização curricular nos cursos de graduação adotado pela UFMG. A primeira diz respeito a créditos obtidos por meio de disciplinas chamadas “eletivas” (na verdade, disciplinas optativas ofertadas por outro curso que tem afinidade com o curso de Gestão Pública). Já a segunda são créditos obtidos por atividades e disciplinas que não necessariamente tem relação com o curso. (SILVA, 2010). Atividades científicas relacionadas ao Curso e ao Campo de Públicas, como a participação em Congressos e a publicação de trabalhos científicos, também podem ser integralizados como créditos. O aluno pode, ainda, optar por realizar mobilidade acadêmica (quando ele cursa de um a dois semestres em outra universidade federal do Brasil) ou intercâmbio acadêmico, quando ele cursa de um a dois semestres em alguma universidade fora do Brasil.

O aluno, no decorrer do curso, é levado a conhecer a economia, a sociedade e o sistema político brasileiro, ou seja, a estrutura, as instituições e as funções do Estado, o processo decisório e deliberativo, seus atores, sua dinâmica e seus resultados. Como é possível perceber, a graduação em Gestão Pública pelo curso da UFMG visa formar profissionais com visão integrada e estratégica da administração pública, a partir do desenvolvimento de habilidades e competências que estimulem o pensamento e a capacidade de interlocução e negociação com os vários agentes que atuam nas instituições voltadas ao interesse público.

O objetivo maior, portanto, é formar um profissional que venha a melhorar a eficiência, eficácia e efetividade da Gestão Pública, seja no poder Executivo, no Legislativo e também em entidades não estatais. A presença de um gestor público é fundamental para assessorar e coordenar ações que visem à melhoria do serviço e a produção de bens públicos para atender às necessidades da sociedade.

O Curso entende que o campo de atuação do Gestor Público é amplo, sendo ele considerado um profissional estratégico dentro das instituições em que atua. Ele deve ser competente para formular, planejar, implementar, avaliar e monitorar políticas públicas, planejar e assessorar processos deliberativos, podendo ainda, atuar na elaboração de estratégias de participação política para estimular o controle público e otimizá-lo.(SILVA, 2010)

Os profissionais podem assumir funções técnicas, administrativas, de direção, de liderança e de coordenação. Sua atuação é vista em todos os níveis (União, estados e municípios) em que há utilização de recursos empenhados para a produção de bens públicos. Por exemplo, em órgãos públicos do poder Executivo, como: prefeituras, secretarias, autarquias, ministérios; do poder Legislativo, como: câmaras dos vereadores e dos deputados, senado e assembleias legislativas; e poder público não estatal, como: instituições da sociedade civil organizada e do terceiro setor, Organizações Não Governamentais (ONGs), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), fundações, conselhos e em organismos internacionais e multilaterais, como Mercado Comum do Sul (Mercosul), Banco Interamericano de Desenvolvimento

(BID), Organizações das Nações Unidas (ONU), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Com tal formação, ao final do curso, o aluno estará apto a trabalhar nos mais diversos campos de atuação de públicas.(SILVA, 2010)

O Curso conta ainda com uma coordenação colegiada, composta por um coordenador e um subcoordenador, ambos do Departamento de Ciência Política e mais quatro membros titulares – um representante do Departamento de Sociologia, um representante do departamento de Economia, um representante do Departamento de Ciência Política e um representante dos alunos (todos com respectivos suplentes). Conta, também, com uma Secretaria Administrativa, que faz o acompanhamento da trajetória dos alunos, guarda e trata informações, registra as atividades e decisões do Colegiado, tornando-as públicas, dentre outras atividades específicas de apoio ao funcionamento do Curso. Além disso, conta também com a organização estudantil que estruturou o Centro Acadêmico de Gestão Pública (CAGP), que funciona desde o ano de 2010 e se articula ao movimento mais amplo dos estudantes do Campo de Públicas.

É importante apontar a contribuição do curso para a consolidação do Campo de Públicas a nível nacional. As publicações realizadas pela comunidade acadêmica enriquecem consideravelmente essa área do saber. A UFMG é uma universidade de renome e reconhecida nacionalmente pela sua qualidade e não é diferente com o curso de Gestão Pública.

Contudo, Gestor Público ainda não é uma profissão regulamentada e há uma luta por parte dos profissionais dessa área para a regularização. As áreas de atuação deste profissional são amplas, como descritas anteriormente, havendo a hipótese de que a maioria dos graduados busca concurso público de nível superior, em qualquer área do conhecimento, uma vez que são raros os concursos específicos para este curso. Assim sendo, tem-se a impressão que, ao final da graduação, as oportunidades de trabalho ficam muitas vezes limitadas. O próximo capítulo apresenta algumas informações que podem contribuir para esta análise.

### 3. OS EGRESSOS DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA DA UFMG

O curso de Gestão Pública da UFMG, criado em 2009, e integrante do Campo de Públicas, pretende formar profissionais capacitados a trabalhar no setor público. Contudo, sempre foi uma pergunta recorrente entre os discentes, principalmente por ser um curso novo, em consolidação, se os egressos de fato estariam atuando no setor para o qual o curso se destina. Uma vez que, como assinala Cunha:

estudantes de medicina que freqüentam uma escola de medicina, sabem que após a conclusão de seus cursos com sucesso, estarão qualificados como médicos. Similarmente, estudantes de direito, música, lingüística e química sabem que estudarão os grandes mestres no assunto e preencherão os requisitos que os tornarão, após um período de trabalho prático, proficientes em suas especializações. Entretanto, os potenciais estudantes de administração pública não sabem ao certo o que esperar de seus cursos ou para que esses estudos os qualificarão. Alguns desejam ser bons administradores públicos; outros se contentarão com somente uma explicação sobre o que vai por trás do cenário das burocracias públicas. Muito dependerá da instituição que oferece o curso (se uma universidade, escola de treinamento, instituto de pesquisa, ou um órgão governamental); da formação e conhecimento dos instrutores; e da experiência, habilidade acadêmica e requisitos profissionais dos estudantes. (CUNHA, 1981, p.30).

Assim sendo, essa pesquisa buscou conhecer a situação e a opinião dos egressos do curso. Inicialmente, levantou-se junto ao colegiado do curso o número e o nome dos alunos que até o primeiro semestre de 2015 integralizaram totalmente o curso. Tal levantamento foi feito por meio do sistema Minha UFMG, com a contribuição do secretário do curso, que tem acesso às informações do sistema necessárias para a realização da pesquisa. O acesso ao sistema foi realizado no dia 23 de Novembro de 2015, e os dados foram coletados a partir da “Pesquisa por desligamento por integralização para lançamento de colação de grau”, pelo seguinte caminho: Graduação > Vida acadêmica do aluno > Ocorrências Acadêmicas > Lançamento de colação de grau. Colocando-se o semestre letivo de integralização, todos os alunos que naquele semestre tinham concluído o curso apareciam na tela.

Este levantamento permitiu colher as seguintes informações: o nome de cada aluno que tinha integralizado o curso, o respectivo número da matrícula, o

meio de ingresso, a situação atual – neste caso todos estavam graduados-, o estado do registro acadêmico – na ocasião todos estavam inativos, uma vez que já tinham concluído o curso-, o percurso curricular integralizado, o semestre letivo de integralização do curso e a data de colação de grau (em alguns casos). Este levantamento permitiu verificar que havia, àquela época, 71 alunos que concluíram o Curso – fato surpreendente, uma vez que 6 turmas formaram, o que corresponde a um total de 240 ingressantes, isso nos leva a questionar porque apenas 29,5% dos alunos concluíram os estudos. Fica a sugestão para futuros estudos.

Após ter em mãos a relação de todos os egressos do curso até aquela data, construiu-se uma planilha do Excel, (Apêndice A) e foram levantadas possíveis formas de contato com esses egressos - o perfil no *Facebook*, endereço de e-mail, o contato telefônico -, para que futuramente fossem contatados para participarem da pesquisa.

Um segundo passo foi a elaboração de um questionário (Apêndice B) com questões fechadas, com as quais se pretendia caracterizar os egressos do Curso e verificar a inserção no mercado de trabalho. Foram abordadas questões a respeito da formação anterior à graduação, aspectos socioeconômicos, avaliações do curso, dentre outras. O questionário foi testado previamente e, após as reformulações, foi disponibilizado em meio eletrônico, no endereço <<http://goo.gl/forms/I9cBSm1thqiRQDA43>>, na plataforma Google Docs Form. E levava-se cerca de 7 minutos para que fosse respondido.

De acordo com a situação dos respondentes, eles eram direcionados a um bloco de perguntas diferenciado. Aqueles que optaram pela carreira acadêmica eram direcionados à parte do questionário que tratava sobre a continuidade dos estudos. Os desempregados, por sua vez, eram direcionados a outras questões específicas. Assim também foi feito com aqueles que estão empregados fora do setor público e os empregados no setor público.

Dos 71 alunos identificados como concluintes, 7 não foram possíveis de serem contatados, pois não foram localizados o contato eletrônico, telefônico ou nas redes sociais. Assim sendo, foram enviadas mensagens aos 64 alunos identificados e que possuíam meios de contato, nas quais foram explicados os objetivos da pesquisa que eles foram convidados a colaborar, além de ser garantido sigilo. A pesquisa, portanto, foi por adesão e o questionário ficou aberto para preenchimento no período de 19/04/2016 a 10/05/2016. Do total de egressos

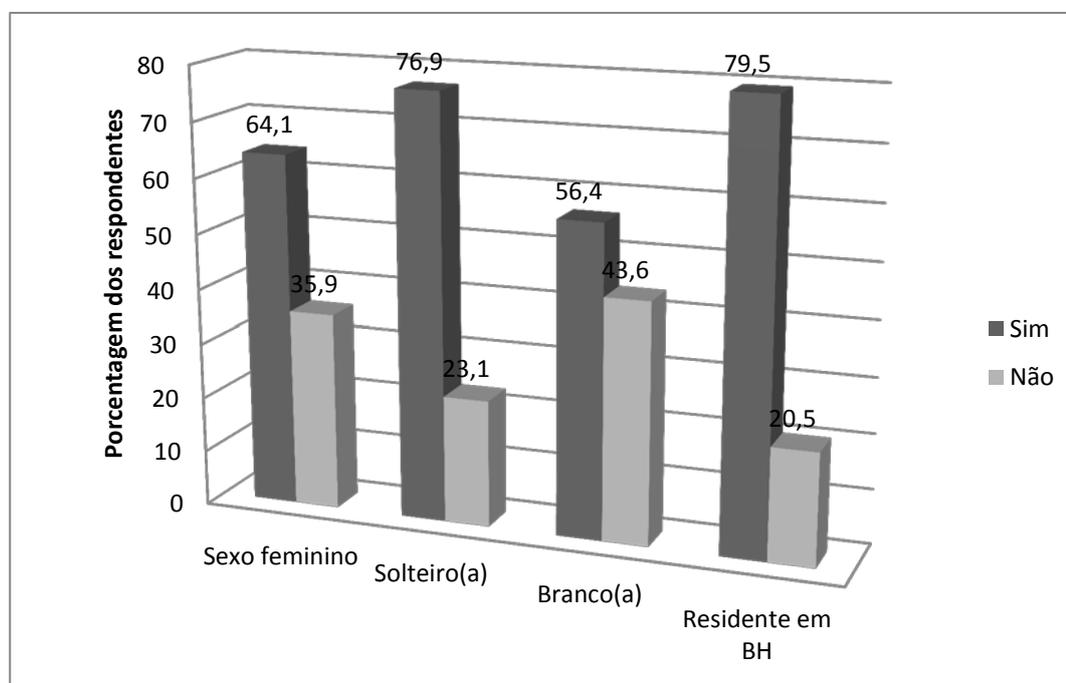
contatados, 39 responderam ao questionário, o que corresponde a 55% do universo. Considera-se que este percentual é bem significativo, ainda que não seja possível generalizar as informações coletadas.

As seções seguintes apresentam os resultados da pesquisa e estão organizadas pelos temas: o perfil dos ex-alunos, o percurso acadêmico, a avaliação sobre o curso e a vida após o curso.

### 3.1 O perfil dos ex-alunos

A maioria dos respondentes, 64,1%, é do sexo feminino, 76,9% são solteiros, 94,9% não tem filhos, 56,4% se autodeclararam brancos, 79,5% residem em Belo Horizonte. 59% tinham entre 18 e 20 anos quando ingressaram no curso, sendo a moda de idade de 19 anos (varia de 18 a 47 anos) e as três primeiras turmas tem idades superiores às outras três, ou seja, o curso está a cada semestre com alunos mais jovens.

GRÁFICO 1- Sexo, estado civil, raça/cor e local de residência dos respondentes



Fonte: Elaboração Própria

Interessante comparar estes dados com os dados gerais da população brasileira, segundo Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), realizada

em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres representam 51,4% da população, além disso, segundo dados do último Censo realizado em 2010, 12,5% das pessoas com 25 anos ou mais eram mulheres que tinham pelo menos nível superior completo naquele ano, contra 9,9% dos homens. E 57,1% dos universitários entre 18 e 24 anos eram mulheres. Podemos perceber, assim, que o curso segue a mesma tendência nacional de mais mulheres na graduação, contudo o percentual é ainda maior.

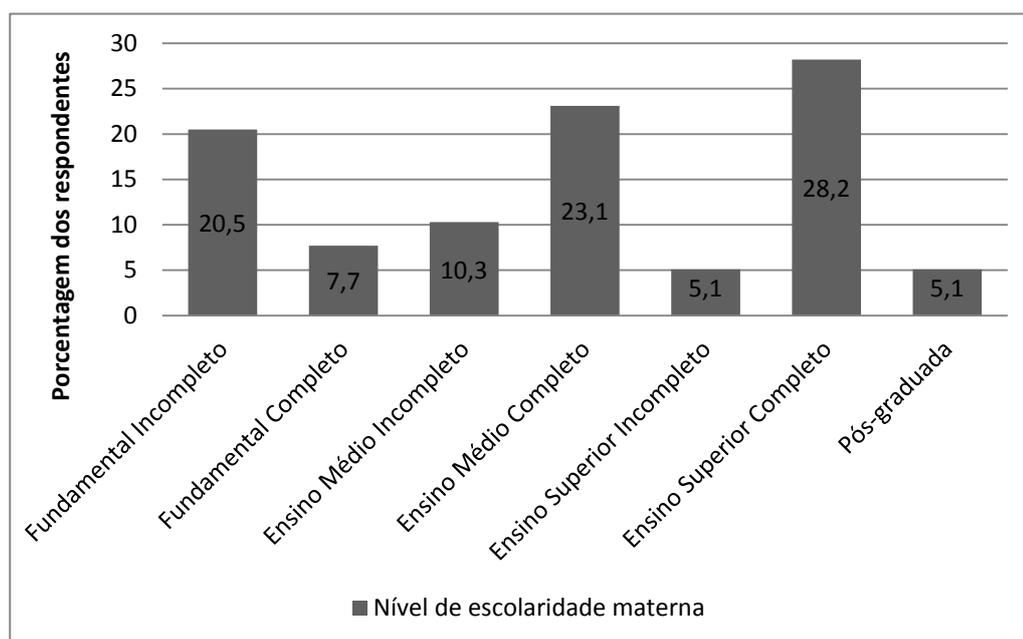
Em 2013, 40,7% dos negros de 18 a 24 estavam no ensino superior. Já entre o grupo de brancos da mesma idade, 69,4% estavam matriculados em cursos de graduação, ou seja, com relação a cor o percentual no Curso é um pouco menos desigual quando comparado a nível nacional.

Os dados coletados mostram que 51,4% dos estudantes de Gestão Pública pesquisados são originários de escola pública, enquanto, segundo dados da UFMG, em 2013, 31% dos discentes total da universidade eram oriundos de escola pública, além disso o Censo de Educação Básica de 2013 informa que 85,3% das matrículas no ensino básico está nas escolas públicas (Censo, 2013).

49% dos respondentes demoraram entre 1 e 2 anos para ingressar no curso após a conclusão do ensino médio e 82,1% frequentaram curso pré-vestibular para ingressar na universidade (sendo este tanto para a primeira etapa, quanto para a segunda, quando essa existia). Foi possível identificar que 25,7% dos pesquisados tinham nível superior ao ingressarem no Curso, ou estavam com outro curso em andamento.

Com relação à escolaridade da mãe, como pode ser observado no gráfico 2, 28,2% dos respondentes são filhos de mães com ensino superior completo, seguido por 23,1% com ensino médio completo, 20,5% fundamental incompleto, 10,3% ensino médio incompleto, 7,7% fundamental completo, 5,1% superior incompleto e 5,1% pós-graduada.

GRÁFICO 2- Nível de escolaridade da mãe



Fonte: Elaboração própria.

Esses são dados relevantes, pois Reis e Ramos (2008) analisaram a relação entre a distribuição de rendimentos do trabalho no Brasil e a escolaridade dos pais dos trabalhadores e notaram que o nível de escolaridade dos pais está extremamente relacionado com o desempenho dos filhos no mercado de trabalho, ou seja, o nível educacional dos pais desempenha um papel importante no nível educacional dos filhos, e na condição econômica deles.

Com os dados foi possível constatar que houve uma notória mobilidade educacional entre os egressos respondentes, uma vez que 79,5% dos graduados superaram o nível educacional da mãe, 15,4% tem o mesmo nível que as mães e apenas 5,1% tem nível educacional inferior ao da mãe. Por ora, mesmo que, no geral, o nível de escolaridade dos indivíduos apresente um alto grau de persistência entre gerações (RAMOS, 2008) e que indivíduos filhos de pais mais escolarizados têm um nível de escolaridade superior, no caso dos egressos do curso de Gestão Pública tal mobilidade foi possível. Além disso, foi constatado que 37,5% dos filhos com mães com ensino fundamental incompleto realizaram pós-graduação, *stricto* ou *lato sensu*.

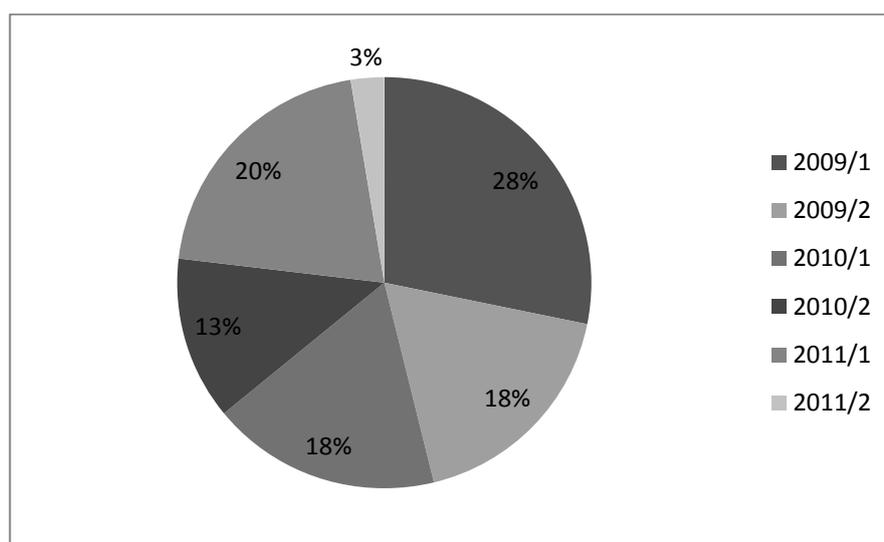
Com relação à renda familiar, foi perguntado qual era a faixa de salário correspondente e quantas pessoas vivem dessa renda. Assim sendo, foi

constatado que a renda familiar *per capita* é de R\$2.525,00. Tal número foi calculado com base na média do intervalo da faixa de salário mínimo, multiplicado pelo valor do salário mínimo, correspondente a R\$880,00, dividido pela quantidade de pessoas que vivem dessa renda e então foi feita a média simples. Em 2014, segundo dados do IBGE, decorrentes da PNAD, a renda familiar *per capita* média do brasileiro era de R\$1.052,00, sendo a do estado de Minas Gerais, um pouco superior, R\$1.128,00, ainda assim a média da renda familiar *per capita* dos respondentes é duas vezes superior a do estado, o que evidencia melhores condições de vida.

### 3.2 O percurso acadêmico

Dentre os respondentes, 28,2% são alunos que ingressaram na primeira turma do curso, ou seja, primeiro semestre de 2009, 17,9% são do segundo semestre do mesmo ano e a mesma porcentagem é referente ao primeiro semestre de 2010, 12,8% são da segunda entrada de 2010, 20,5% são do primeiro semestre de 2011 e 2,6% do segundo semestre de 2011.

GRÁFICO 3 – Porcentagem de respondentes de acordo com o ano e semestre de ingresso no curso



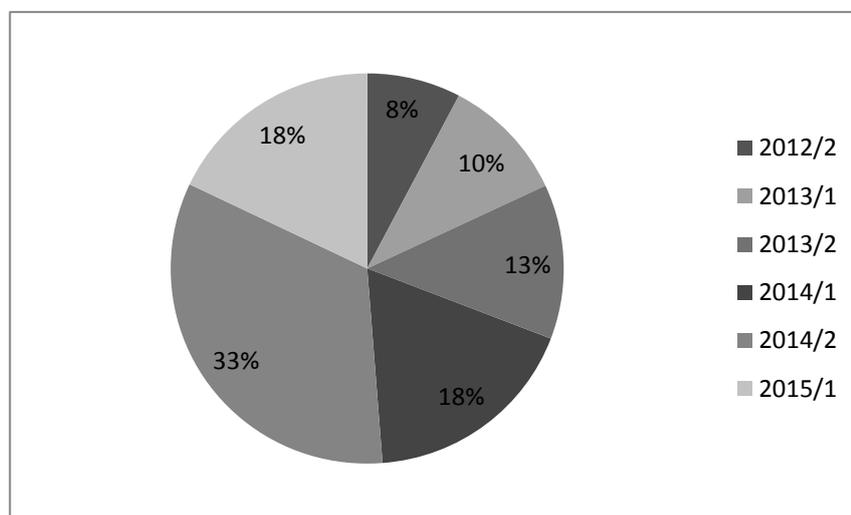
Fonte: Elaboração própria

Com relação à forma de ingresso no curso, dentre os respondentes, apenas 2,5% entrou para obtenção de novo título, os demais entraram por meio do vestibular. Os principais motivos que levaram tais alunos a escolherem o curso de

Gestão Pública foram: “desejo de atuar no campo de Gestão Pública” (64,1%); “universidade de renome” (30,8%); “curso noturno” (28,2%) e “identificação com as disciplinas do curso” (28,2%). É importante ressaltar que 12,8% dos respondentes justificaram a escolha do curso devido ao fato de já estarem inseridos no setor público e almejavam melhoria na remuneração.

A respeito do percurso curricular optado para graduar, apenas 2,5% escolheram bacharelado com ênfase em gestão do poder Executivo, todos os demais são bacharéis com formação livre. Um dado importante da pesquisa é quanto ao percentual relacionado ao ano de integralização do curso, que não corresponde necessariamente ao do ano de entrada. De acordo com as respostas dos participantes da pesquisa, ao final de 2012, quando se esperava pela integralização da turma de 2009, apenas 7,7% dos respondentes se tornaram bacharéis; em 2013, primeiro semestre, a porcentagem foi um pouco maior, de 10,3%; no segundo semestre de 2013, foi 12,8%; 2014, primeiro semestre, foi de 17,9%; 2014, segundo semestre, 33,3% e 2015, primeiro semestre, 17,9%.

GRÁFICO 4 – Ano e semestre de integralização do curso dos respondentes



Fonte: Elaboração própria

Com base nos dados, pode-se afirmar que a maioria dos respondentes não finalizou o curso dentro do prazo mínimo previsto na matriz curricular, que é de 4 anos. Os dados indicam que, em média, 16,6% concluíram dentro do prazo e que 43,5% dos participantes concluíram o curso em 4 anos e meio. Dos respondentes, 12,8% afirmaram terem trancado o curso totalmente apenas uma vez, pelos mais

diversos motivos. E, dentre os que trancaram, 40% concluíram o curso em 5 anos e meio, outros 40% em 5 anos, e 20% em 4 anos e meio, ou seja, além do atraso ocasionado pelo trancamento, em 80% dos casos houve também um atraso além do esperado. Uma hipótese que justificaria tal atrasado na formatura seria reprovações e opção de fazer menos disciplinas do que estipulado na grade curricular.

### **3.3 A avaliação sobre o curso**

Com relação à avaliação do curso, a crítica mais recorrente, sem dúvida, foi com relação à grade curricular não abranger matérias, consideradas pelos respondentes, como essenciais ao desenvolvimento de atividades no setor público, como direito administrativo e constitucional. Ou seja, algumas observações realizadas pelos egressos foram no sentido de ressaltar a importância de uma nova estrutura curricular, com formação específica, com mais foco na área jurídica. Essa questão está associada à preparação para o mercado de trabalho, sendo que 61,5% afirmaram ser boa, ou seja, pode melhorar, principalmente, se a estrutura do curso for reformulada incluindo tais disciplinas. Algumas das opiniões estão registradas a seguir.

Tem que mudar a grade!

O curso de Gestão Pública não aprofunda em conhecimentos como direito administrativo, e no setor público é necessário esse conhecimento. Ao menos se soubesse que era tão necessário, tentaria optativas, mas essa necessidade só foi identificada após o curso e ingresso na Administração Pública.

Faltou matérias de caráter mais prático no curso como direito constitucional e administrativo para a formação de um gestor da área pública.

Falta mais formação na área jurídica.

O curso deveria ter uma formação específica em Avaliação de Políticas Públicas, separado das demais.

Os respondentes reforçaram, também, a importância do interesse e esforço do aluno do curso para um bom desempenho e sua inserção no mercado de trabalho, ou seja, uma crítica aos alunos do curso, que muitas vezes não o levam a sério e são, de certa forma, displicentes. Interessante lembrar que tal crítica veio

dos próprios alunos. Contudo, quando questionados sobre o nível de dedicação ao curso, 53,8% declararam ser boa a dedicação ao curso, o que aponta que quase metade deles considera que a dedicação ficou aquém do desejado. Algumas considerações colhidas neste sentido estão a seguir.

Infelizmente, a preparação depende muito do grau de comprometimento de cada aluno e isso faz toda a diferença no mercado de trabalho.

O curso necessita pensar em estratégias para melhorar o desempenho e interesse dos alunos durante e após a formação.

Acredito que nem todos saem com uma boa formação. Depende muito do esforço do aluno, mas também da área na qual ele deseja atuar.

Outros respondentes, por sua vez, elogiaram o curso, porém criticaram o setor público que não absorve os formandos e não os reconhece na maioria dos concursos de nível superior, que exigem atividade que sabidamente o Gestor Público está apto a realizar.

A formação é excelente para o mercado, mas o mercado não absorve.

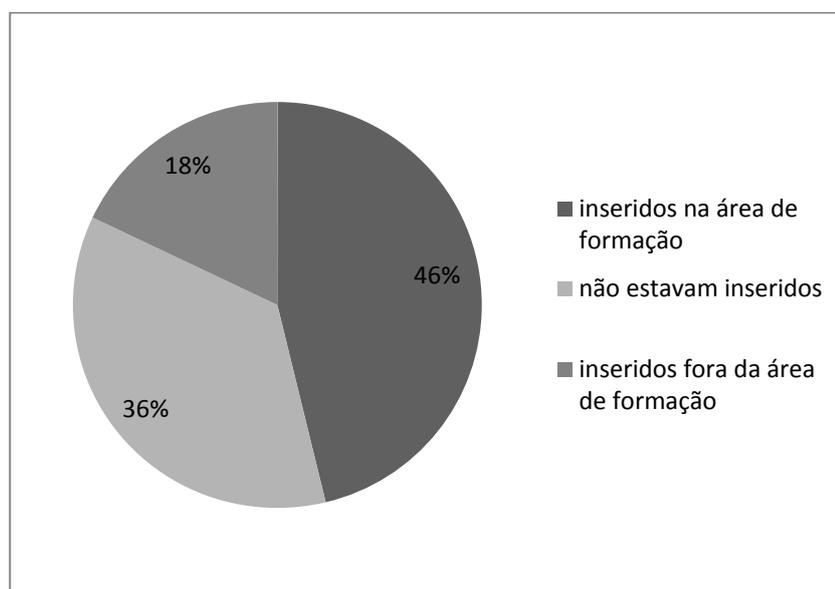
Não reconhecimento do curso em muitos concursos.

Os professores do curso foram muito bem avaliados: 48,7% disseram considera-los bons e 46,2% disseram considera-los ótimos. Tal pergunta se referia tanto ao conhecimento desses como a didática em sala de aula.

### **3.4 Sobre a inserção no mercado de trabalho após o Curso**

Sobre as perspectivas profissionais dos egressos, podemos observar que 66,7% dos respondentes tem alto nível de interesse em atuar no campo de formação acadêmica e 71,8% tem alto nível de interesse em ser concursado. Ao concluírem o curso, 46,2% estavam inseridos no setor público, fato notório, contra 35,9% que não estavam inseridos no mercado de trabalho e outros 17,9% que estavam trabalhando fora da área de formação acadêmica.

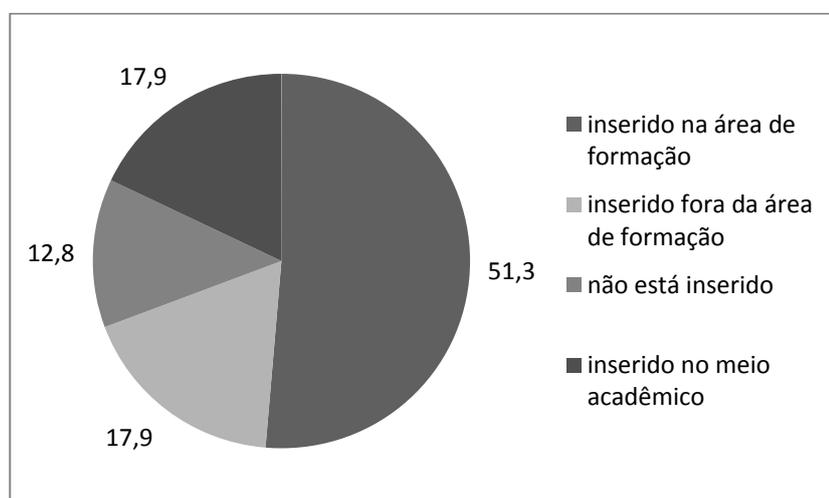
GRÁFICO 5 – Inserção no mercado de trabalho ao concluírem a graduação



Fonte: Elaboração própria

No período de realização da pesquisa, como pode ser observado no Gráfico 4, 51,3% estavam inseridos no setor público, 17,9% estavam fora da área de formação acadêmica e outros 17,9% deram continuidade a formação acadêmica na Pós-Graduação, os 12,9% restantes não estavam trabalhando. Sem dúvida esses dados são surpreendentes e animadores, uma vez que a maioria dos egressos está atuando na área de formação acadêmica.

GRÁFICO 6 – Inserção no mercado de trabalho, quando a pesquisa foi realizada



Fonte: Elaboração própria.

Com relação aos respondentes que não estavam inseridos no mercado de trabalho 40% concluíram o curso no primeiro semestre de 2015, ou seja, estão nesta situação há mais de um ano, os outros 60% estão igualmente divididos entre formandos do primeiro e segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2013. Ou seja, não é possível justificar que os egressos estão sem colocação profissional por terem se formado há pouco tempo. Podemos levar em consideração a situação de instabilidade econômica atual, o que pode levar a dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Dentre os respondentes, 17,9% estão trabalhando em uma área que não é relacionada com a formação acadêmica em Gestão Pública. O principal motivo elencado por eles para tal fato é devido ao mercado de trabalho que tem poucas oportunidades, evidenciando mais uma vez que o mercado de trabalho ainda é muito fechado para esses profissionais, muitas vezes até desconhecida a sua existência pelo setor público. Além disso, 71,4% desses empregados fora da área já tinham um curso superior completo ou em andamento antes do curso de Gestão Pública, ou seja, tem uma segunda opção para atuação profissional. Contudo todos, sem exceção, têm altíssimo interesse em fazer concurso público.

Dentre as atividades realizadas pelos respondentes estão as mais diversas, desde advocacia até licenciatura, passando pelo setor de serviços, empresário e profissional autônomo. A maioria está no emprego atual por tempo superior a 1 ano. 57% ganham até 3 salários mínimos, enquanto 43% entre 3 e 6 salários mínimos. No que diz respeito à satisfação com o emprego, 43% afirmava que está altissimamente satisfeito com o emprego atual, enquanto 28,5% não estão satisfeitos, e 28,5% considera o emprego atual bom. Os empregos são, em sua maioria, em Belo Horizonte.

Dos 51,3% respondentes que estão atuando na área de formação acadêmica, pode-se observar que: 75% estão a mais de 13 meses no emprego atual; 45% desenvolvem atividades administrativas no dia-a-dia do trabalho, 45% considera que a exigência de capacitação profissional na atividade desenvolvida é inferior a recebida no curso, 40% classificaram o nível de satisfação com o atual trabalho como bom.

A maioria trabalha em Belo Horizonte: 55% são funcionários do Estado de Minas Gerais, 45% são funcionários do poder Executivo e outros 45% trabalham

em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, empresas de economia mista. Dos respondentes, 65% são concursados, 40% corresponde a concurso de nível médio e 40% considera que o estágio contribuiu muito para a inserção no mercado de trabalho.

O fato de a maioria estar trabalhando em Belo Horizonte parece ser facilmente explicável. A cidade, como capital do estado de Minas Gerais, tem um amplo e vasto campo de mercado de trabalho para os profissionais que se graduam em Gestão Pública pela UFMG, por ser a sede do governo do estado e ter um aparato estatal de grande porte, até mesmo o nível municipal, pois aqui fica localizada grande parte do corpo público, ou seja, há mais oportunidades.

Podemos constatar, por exemplo, que ofertas de estágio há em grande quantidade, mas como grande parte dos cargos demanda concurso público, ao final do curso, quando não se pode mais fazer estágio, os alunos se veem obrigados a sair do estágio e estudar para concursos, o que justifica apenas 20% dos respondentes que atuam no setor terem ingressado no emprego atual por meio de efetivação após o estágio.

A faixa salarial de 70% dos respondentes é de 3 a 6 salários mínimos. Segundo dados do IBGE de 2011, assalariados com nível superior recebem salário médio de R\$4.135,06, contudo, ainda segundo dados do IBGE a administração pública paga salários superiores aos seus funcionários quando comparados a iniciativa privada, e há de citar também a diferença salarial entre homens e mulheres ainda existe, eles ganham em média 25% a mais do que elas.

Dentre os respondentes, 51,3% iniciaram pós-graduação, sendo 25,6% de caráter *lato sensu*, e 25,6% *stricto sensu* - 20,5% mestrado, e 5,1% doutorado. Vale ressaltar a fala do professor do curso de Gestão Pública, Manoel Santos, que na aula inaugural do curso, realizada no dia 11 de abril de 2016, assinalou:

No último processo de seleção feito para o Programa de Pós-graduação do Departamento de Ciência Política da UFMG, verificou-se que sete dos alunos aprovados são oriundos do curso de Gestão Pública desta universidade, incluindo o 1º lugar. Isso não é pouco, é um dado relevante. Quando o curso foi criado, não se achava que ele teria esse potencial de formar pessoas para a carreira acadêmica.

Ou seja, os alunos que se formarem como bacharéis em Gestão Pública têm a possibilidade de vislumbrar mais um campo de atuação para além do mercado de trabalho convencional, que é a vida acadêmica, ou simplesmente

aperfeiçoar o conhecimento. Além disso, o fato de ter alto percentual de egressos do curso de Gestão Pública no meio acadêmico é um sinalizador que a produção da área é crescente. E se hoje os professores dos cursos do Campo de Públicas são, em sua maioria, de outras áreas, ou seja, não tem a formação como bacharéis em Gestão Pública, em futuro próximo já é possível vislumbrar tal alteração com professores da área. A evolução e a continuidade do curso e do Campo de Pública são claras.

O futuro do curso parece promissor: tem-se egressos sendo formados para dar continuidade a formação e produção acadêmica, tem mercado de trabalho que absorve consideravelmente os bacharéis. No entanto, destaca-se, ainda, a inexistência de indivíduos atuando no Poder Legislativo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa realizada com os egressos do segundo semestre de 2012 ao primeiro semestre de 2015 do curso de Gestão Pública da UFMG. Ela contou com a participação de 39 respondentes, do total de 71 pessoas que concluíram a graduação, o que representa 55% do universo. Percentual esse bem significativo, contudo tal parcialidade restringe o poder de predição dos resultados em projeções para o futuro ou sobre as condições profissionais dos demais formados.

A análise dos dados revela aspectos importantes: o perfil dos pesquisados se diferencia da média brasileira e destaca-se, de forma contundente, a mobilidade dos egressos em relação às suas mães no que se refere ao nível educacional; os egressos avaliam bem o curso (ainda que tenham sugestões para aperfeiçoá-lo); o tempo mínimo previsto para a integralização do curso não corresponde à real possibilidade dos alunos; a maioria está trabalhando no seu campo de formação; há alunos seguindo a vida acadêmica, constituindo um tipo de profissional essencial ao fortalecimento da produção de conhecimento do campo.

O Campo de Públicas está em constante construção, com grandes avanços alcançados e diversos desafios ainda a serem enfrentados. O curso de Gestão Pública da UFMG tem estrutura e características que formam bacharéis aptos e capacitados a atuarem no setor público e eles efetivamente estão inseridos, em sua maioria, neste setor. Contudo o estudo também evidenciou que, na opinião dos pesquisados, o curso precisa ser reestruturado e adequado a algumas demandas do mercado de trabalho. Disciplinas como direito administrativo e constitucional foram sugeridas para serem adicionadas à grade curricular, vide a importância delas para o desenvolvimento das atividades realizadas por esses profissionais no dia-a-dia do trabalho.

Os resultados deste trabalho mostram a importância da rede formada pelo Campo de Públicas para o reconhecimento do curso e sua independência, e como esta conquista poderá gerar mais portas abertas e mais bacharéis do Campo inseridos no setor público atuando de maneira republicana, como o Campo requer. Vale lembrar que o Curso foi criado em meio a expansão do setor público, com vários concursos sendo realizados e grande demanda por mão de obra

qualificada, contudo o futuro, por mais promissor que seja, é incerto, uma vez que se vivencia no momento um refluxo do setor público.

Dentre as dificuldades encontradas no desenvolvimento da pesquisa podemos identificar o questionário aplicado, que pode ser melhorado para futuros trabalhos. A escala das respostas das perguntas relacionadas a satisfação, por exemplo, tiveram respostas muito concentradas na opção 3, e em futuros trabalhos caso a escala seja de 1 a 6 talvez isso não ocorra. Além disso, com relação a faixa salarial, talvez o ideal fosse colocar como cada opção o salário mínimo acrescido de mais um salário mínimo ao invés de um intervalo, para assim ter respostas menos abrangentes. E pode-se também levantar outras questões não abordadas nesse questionário.

Para além disso, no decorrer deste trabalho foi levantada outra pergunta de pesquisa que fica como sugestão para futuros estudos. No período de tempo do segundo semestre de 2012 ao primeiro semestre de 2015, 29,5% dos ingressantes integralizaram o curso. “Por que tantas pessoas não concluíram o curso? O que levou isso a ocorrer? Essas pessoas abandonaram o curso ou simplesmente trancaram e atrasaram a formatura?” São questões relevantes a serem estudadas e contribuirão para evitar que continue a acontecer no futuro. Outra sugestão é investigar porque há tão pouco (no caso desse estudo nenhuma) inserção dos egressos no Poder Legislativo? Isso pode fazer com que o curso tenha um enfoque maior no Executivo.

Dessa forma, recomenda-se a continuidade das investigações para se obter um maior número de respostas além de se acompanhar de forma sistematizada os egressos do curso de Gestão Pública da UFMG.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPO DE PÚBLICAS. **Estatuto da Associação Nacional De Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas.** Disponível em: <<https://campodepublicas.files.wordpress.com/2015/04/000estatuto-anepcp-versc3a3o-final-aprovada-no-xv-fc3b3rum-ufrn.pdf>> Acesso em 6 de junho de 2016

“Carta de Balneário Camboriú”, **Fórum de Coordenadores e Professores do IX ENEAP**, Balneário Camboriú, 06 de agosto de 2010 [online]. Disponível em: <[http://campodepublicas.files.wordpress.com/2012/11/acarta-de-bal\\_camboriufimagostovpf.pdf](http://campodepublicas.files.wordpress.com/2012/11/acarta-de-bal_camboriufimagostovpf.pdf)>. Acesso em 27 de maio de 2016.

COELHO, F. S. **Educação superior, formação de administradores e setor público: um estudo sobre o ensino de administração pública – em nível de graduação – no Brasil.** Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2006.

COELHO, F. S., Nicolini, A. M. **Do auge à retração: análise de um dos estágios de Construção do Ensino de Administração Pública no Brasil (1966-82).** Organizações & Sociedade, Salvador, v.20, n.66, p.403-422, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. **Resolução Normativa nº479, de 06 de maio de 2016.** Dispõe sobre o registro no Conselho Regional de Administração dos bacharéis nos cursos em campos conexos à Administração.

CUNHA, A. M. **Educação em administração pública: retrospectiva e perspectivas da experiência norte-americana e reflexões sobre o caso brasileiro.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.5-30, 1981.

FILGUEIRAS, B. S. C.; LOBATO, L. V. C. **O “Campo de Públicas” e as políticas sociais no ensino superior brasileiro: um debate acerca do papel do Estado, do desenvolvimento e da formação em / para a gestão pública.** Rio de Janeiro, Revista Agenda Política, v.2, n.2, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40)>. Acesso em 20 de junho de 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em 22 de junho de 2016.

MELLO, C. A. B. M. **“Regime Constitucional dos Servidores da Administração Direta e Indireta”.** São Paulo: RT, p.45,1990.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de Janeiro de 2014**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Instituições de Educação Superior Cursos Cadastrados**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 22 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em 20 de novembro de 2015.

PAES DE PAULA, A.P. **Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: FGV, v.45, n.5, p.36-52, 2005.

PIRES, V.; SILVA, S. M.; FONSECA, S. A.; VENDRAMINI, P.; COELHO, F. S. **Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais**. Administração Pública e Gestão Social, Viçosa, v. 6, n. 3, p.110-126, 2014.

PROCOPIUCK, M. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração jurídica**. São Paulo: Atlas, 2013.

RAMOS, L., REIS, M. C. **A escolaridade dos pais e os retornos à educação no mercado de trabalho**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, v.35, 2008. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/04Nota2\\_35.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/04Nota2_35.pdf)>. Acesso em 25 de março de 2016.

SILVA, V. A. C. **O curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais: uma concepção ampliada de Gestão Pública**. Temas de Administração Pública. Araraquara, ed. especial, v. 1, n.6, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Grade curricular do curso de Gestão Pública**. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/gestaopublica/gestaopublica/Home/O-curso/Estrutura-Curricular>>. Acesso em 22 de abril de 2016.

## APÊNDICE A

**TABELA 1 - Egressos do curso de Gestão Pública da UFMG**

<b>Matrícula</b>	<b>Ingresso</b>	<b>Semestre Letivo de Integralização</b>
2009056730	2009/1	2013/2
2009056757	2009/1	2014/1
2009056773	2009/1	2013/2
2009056803	2009/1	2012/2
2009056811	2009/1	2013/1
2009056820	2009/1	2015/1
2009056838	2009/1	2013/2
2009056889	2009/1	2013/1
2009056943	2009/1	2013/1
2009057036	2009/1	2014/1
2009057044	2009/1	2013/2
2009057109	2009/1	2012/2
2009057125	2009/1	2013/1
2009057222	2009/1	2013/1
2009057230	2009/1	2013/2
2009057257	2009/1	2013/2
2009057338	2009/1	2012/2
2009057346	2009/1	2014/2
2009057389	2009/1	2013/2
2009057443	2009/1	2014/2
2009057486	2009/1	2014/1
2009056781	2009/2	2013/2
2009056854	2009/2	2014/1
2009056897	2009/2	2014/1
2009056900	2009/2	2013/2
2009056960	2009/2	2013/1

2009057010	2009/2	2013/1
2009057052	2009/2	2013/2
2009057141	2009/2	2014/1
2009057150	2009/2	2013/2
2009057214	2009/2	2014/2
2009057249	2009/2	2013/2
2009057354	2009/2	2014/1
2009057370	2009/2	2013/2
2009057397	2009/2	2013/1
2009057435	2009/2	2013/2
2009057478	2009/2	2013/2
2009057494	2009/2	2015/1
2009072612	2009/2	2013/2
2009057508	2009/2	2014/1
2010062463	2010/1	2014/1
2010062650	2010/1	2014/1
2010062757	2010/1	2013/2
2010062773	2010/1	2014/1
2010062781	2010/1	2014/2
2010062803	2010/1	2014/2
2010062811	2010/1	2014/2
2010423016	2010/1	2015/1
2010062986	2010/1	2014/2
2010063036	2010/1	2015/1
2010063044	2010/1	2014/2
2010423032	2010/1	2013/2
2010063117	2010/1	2014/2
2010062404	2010/2	2014/2
2010062455	2010/2	2015/1
2010062536	2010/2	2015/1
2010062641	2010/2	2014/2

2010062668	2010/2	2015/1
2010062820	2010/2	2014/1
2010062838	2010/2	2015/1
2010063109	2010/2	2014/2
2011062394	2011/1	2015/1
2011062653	2011/1	2015/1
2011062742	2011/1	2014/2
2011062785	2011/1	2014/2
2011062890	2011/1	2014/2
2011062939	2011/1	2015/1
2011063145	2011/1	2015/1
2011063170	2011/1	2015/1
2011082123	2011/2	2015/1
2011062637	2011/2	2015/1

## APÊNDICE B

### QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELOS ENTREVISTADOS

Inserção no mercado de trabalho

Convido você, egresso do Curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a responder as perguntas que integram este questionário, que é parte da pesquisa que eu, Carolina Galvão de Paula, aluna do curso de graduação de Gestão Pública da UFMG, estou realizando para a elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), orientada pela professora Eleonora Schettini.

O TCC tem como objetivo caracterizar os alunos egressos do curso de Gestão Pública da UFMG, bem como verificar sua possível inserção no mercado de trabalho deste campo.

Se você aceita participar desta pesquisa e responder este questionário é sinal de que concorda com os seguintes termos: sua privacidade será respeitada, você não será identificado, você poderá ter acesso aos resultados da pesquisa e outras informações desde que resguardem o sigilo dos demais respondentes, você não será remunerado pela participação, nem pagará por ela, você pode desistir a qualquer momento sem qualquer penalização ou prejuízo.

Em caso de dúvidas, estou à disposição pelo email [carolgalvao@ufmg.br](mailto:carolgalvao@ufmg.br).

Você gastará apenas alguns minutos de seu tempo, mas os resultados poderão gerar importantes subsídios para o aperfeiçoamento do Curso.

Desde já, agradeço sua participação!

\*Obrigatório

1. Onde você frequentou o Ensino Médio? \*

Todo em escola pública

Todo em escola particular

Todo em escola particular com bolsa (integral ou parcial)

Maior parte em escola pública

Maior parte em escola particular

Maior parte em escola particular com bolsa (integral ou parcial)

Outro:

2. Em que ano você formou no Ensino Médio? \*

Exemplo: 15 de dezembro de 2012

3. Qual era o seu nível de escolaridade antes de ingressar no curso de Gestão Pública na UFMG? \*

Nível Médio com formação básica

Nível Médio com formação técnica

Superior Incompleto

Superior Completo

Pós Graduação

Outro:

4. Você frequentou curso pré-vestibular? \*

Considere quando você prestou vestibular para o curso de Gestão Pública da UFMG, independente se o pré-vestibular era para primeira ou segunda etapa (quando essa existia)

Sim

Não

5. Ano e semestre de ingresso no curso de Gestão Pública na UFMG? \*

Ano e semestre que efetivamente iniciou o Curso

2009/1

2009/2

2010/1

2010/2

2011/1

2011/2

2012/1

6. Ano e semestre de integralização do curso de Gestão Pública na UFMG? \*

Ano e semestre em que você completou toda carga horária necessária para a formatura

2011/2

2012/1

2012/2

2013/1

2013/2

2014/1

2014/2

2015/1

2015/2

7. Por que você escolheu cursar Gestão Pública? \*

Nesta questão você pode selecionar mais de uma opção.

Já estava inserido no setor público e almejava melhoria na remuneração com a obtenção do diploma de curso superior

Universidade de renome

Identificação com as disciplinas do curso

Curso noturno

Desejo de atuar no campo de Gestão Pública

Baixa relação candidato por vaga no vestibular

Desejo de ter diploma de nível superior

Outro:

8. Você trancou o curso alguma vez? \* Considerar trancamento total do curso.

Sim, apenas 1 vez

Sim, mais de uma vez

Não

9. Se sim, por quê?

10. Quando você concluiu o curso, qual era sua situação no mercado de trabalho? \*

Estava empregado(a) no setor público

Estava empregado(a) no setor privado

Estava desempregado(a)

11. Você está exercendo atividade profissional remunerada atualmente? \*

Entenda por área de formação qualquer atividade realizada no setor público, ONG, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundações. Caso você exerça mais de uma atividade profissional, selecione a de maior carga horária.

Sim, na área de formação acadêmica	Ir para a pergunta 12.
Sim, fora da área de formação acadêmica	Ir para a pergunta 23.
Estou inserido no meio acadêmico	Ir para a pergunta 32.
Não	Ir para a pergunta 31.

#### Continuação

12. Em que tipo de organização você exerce sua atividade profissional? \*

Mista

Poder Executivo

Poder Legislativo

Poder Judiciário

Acadêmica

Organização Não Governamental

Autarquia, Fundações Públicas, Empresas Públicas, Sociedade de Economia

Outro:

13. Qual é o nível de abrangência da instituição em que você trabalha? \*

Internacional

Federal

Estadual

Municipal

Outro:

14. Como você ingressou no atual emprego? \*

Concurso público de nível médio

Concurso público de nível superior

Indicação

Efetivação após estágio

Processo Seletivo

Outro:

15. Qual é seu o vínculo empregatício? \*

Concurso Público

Contrato Recrutamento Amplo

Carteira Assinada

Outro:

16. Qual tipo de atividade que você exerce no seu trabalho atual? \*

Técnica

Administrativa

Gerencial

Comercial

Outro:

17. Como é a exigência da sua capacitação profissional na atualidade? \*

Considere o quanto a atividade que você exerce exige de você levando em consideração a sua formação

Inferior a recebida no curso

Compatível a recebida no curso

Superior a recebida no curso

18. Na sua opinião, o quanto o estágio contribuiu para a sua inserção no mercado de trabalho? \*

Considere todos os estágios realizados durante a graduação, as pessoas que você conheceu, assim como o aprendizado e a experiência durante a atividade

1      2      3      4  
Pouco                      Muito

19. Há quanto tempo você esta trabalhando no seu atual emprego? \*

De 1 a 6 meses  
De 7 a 12 meses  
De 13 a 18 meses  
De 19 a 24 meses  
De 25 a 30 meses  
De 31 a 36 meses  
Superior a esse tempo

20. Qual é seu nível de satisfação com o seu emprego atual? \*

1      2      3      4  
Baixo                      Alto

21. Onde você trabalha atualmente?\*

Belo Horizonte  
Região Metropolitana de Belo Horizonte  
Interior do Estado de Minas Gerais  
Fora do Estado de Minas Gerais  
Outro:

22. Qual é a sua faixa salarial? \*

Leve em consideração o valor de R\$880,00 para o cálculo  
Até 3 salários mínimos                      Ir para a pergunta 32.  
De 3 a 6 salários mínimos                      Ir para a pergunta 32.  
De 7 a 10 salários mínimos                      Ir para a pergunta 32.  
De 11 a 14 salários mínimos                      Ir para a pergunta 32.  
Acima de 15 salários mínimos                      Ir para a pergunta 32.

Continuação

23. Em que tipo de organização você exerce sua atividade profissional? \*

Profissional autônomo  
Proprietário de empresa/negócio  
Serviços  
Indústria  
Outro:

24. Na sua opinião qual é o principal motivo para não exercer atividade profissional na sua área de formação? \*

Mercado de trabalho saturado, com pouca oportunidade  
Já estava atuando nessa área antes do curso e preferi permanecer  
Não me identifico com a área pública  
Outro:

25. Qual é seu vínculo empregatício? \*

Empregado com carteira assinada  
Empregado sem carteira assinada  
Contrato  
Outro:

26. Como você ingressou no seu atual emprego?\*

Indicação

Processo seletivo

Outro:

27. Há quanto tempo você está trabalhando no seu atual emprego? \* 1

a 6 meses

7 a 12 meses

13 a 18 meses

19 a 24 meses

25 a 30 meses

31 a 36 meses

Superior a esse tempo

28. Em que localidade você trabalha? \*

Belo Horizonte

Região Metropolitana de Belo Horizonte

Interior do Estado de Minas Gerais Fora do

Estado de Minas Gerais

Outro:

29. Qual é seu nível de satisfação? \* 1

2      3      4

Baixo

Alto

30. Qual é a sua faixa salarial? \*

Leve em consideração o valor de R\$880,00 para o cálculo

Até 3 salários mínimos                      Ir para a pergunta 32.

De 3 a 6 salários mínimos                    Ir para a pergunta 32.

De 7 a 10 salários mínimos                   Ir para a pergunta 32.

De 11 a 14 salários mínimos                Ir para a pergunta 32.

Acima de 15 salários mínimos               Ir para a pergunta 32.

Continuação

31. Há quanto tempo você está desempregado?\* 1

a 4 meses

5 a 8 meses

9 a 12 meses

13 a 16 meses

17 a 20 meses

21 a 24 meses

Superior a esse tempo

Continuação

32. O seu desejo de trabalhar na área de formação é: \* 1

2      3      4

Baixo

Alto

33. Qual é seu nível de interesse em fazer concurso público? \*

1      2      3      4

Baixo Alto

34. Como foi o curso de graduação com relação a sua expectativa? \*

Considera o que você esperava quando prestou o vestibular

Superou as expectativas

Atendeu as expectativas

Inferior as expectativas

Outro:

35. Quanto a sua dedicação ao curso de Gestão Pública na UFMG, você pode afirmar que foi? \*

Entenda por dedicação o tempo e esforço que você dedicou ao Curso

1      2      3      4

Péssimo Ótimo

36. Qual conceito você atribui aos professores do curso?\*

Leve em consideração o conhecimento deles e a didática em sala de aula

1      2      3      4

Péssimo Ótimo

37. Qual conceito você atribui ao curso de Gestão Pública da UFMG? \*

Considere o conjunto de atividades acadêmicas ofertadas pelo curso para sua formação, assim como a qualificação dos professores.

1      2      3      4

Péssimo Ótimo

38. Na sua opinião, qual era seu nível de preparação para ao ingresso no mercado de trabalho após a conclusão do curso? \*

Considere os conhecimentos adquiridos durante a graduação que contribuem para a atuação no mercado de trabalho

1      2      3      4

Péssimo Ótimo

39. Faça algum comentário, relato ou observação, caso queira complementar sua resposta

40. Qual é, em sua visão, a perspectiva profissional na sua área de formação? \*

Considere como perspectiva as possibilidades atuais e futuras para o exercício da profissão

1      2      3      4

Péssima Ótima

41. Você fez outra graduação? Sim,

no campo das Ciências Exatas Sim, no

campo das Ciências Humanas

Sim, no campo das Ciências Sociais Aplicadas

Sim, no campo da Saúde

Sim, no campo das Artes

Sim, no campo das Ciências Biológicas

Não  
Outro:

42. Se sim, o curso é na mesma instituição (UFMG)? \*

Sim

Não

Não fiz outra graduação

43. Após a graduação você realizou Pós Graduação? \*

Sim, relacionado ao curso de graduação

Sim, não relacionado ao curso de graduação

Não

44. Qual é o nível de especialização do último curso de pós graduação realizado e/ou em realização \*

Não realizei

Pós graduação lato sensu

Mestrado

Doutorado

Pós-doutorado

Continuação

45. Qual é a sua data de nascimento? \*

Exemplo: 15 de dezembro de 2012

46. Qual sexo você se declara? \*

Feminino

Masculino

47. Qual cor você se declara?

Pardo

Amarelo

Preto

Indígena

Outro:

48. Qual é a sua situação civil? \*

Casado(a)

Divorciado(a)

Viúvo(a) União

estável

Solteiro(a)

Outro:

49. Você tem filhos? \*

Sim

Não

50. Onde você reside? \*

Belo Horizonte

Região Metropolitana de Belo Horizonte

Interior do Estado de Minas Gerais

Em outro Estado

Outro:

51. Qual é o nível de escolaridade da sua mãe? \*

Fundamental incompleto

Fundamental completo

Ensino Médio incompleto

Ensino Médio completo

Superior incompleto

Superior completo

Pós-graduação

Outro:

52. Qual é a sua renda familiar? \*

Considere como renda familiar a soma da renda de todas as pessoas que contribuem para o orçamento de sua família. Leve em consideração o valor de R\$880,00 para o cálculo.

Até 3 salários mínimos De 4

a 6 salários mínimos

De 7 a 10 salários mínimos

De 11 a 14 salários mínimos

Acima de 15 salários mínimos

53. Quantas pessoas vivem com esta renda familiar? \* 1

1 pessoa

2 pessoas

3 pessoas

4 pessoas

5 pessoas

Superior

**ANEXO A****TABELA 2 - Relação de cursos do Campo de Pública no Brasil em atividade**

<b>Instituição (IES)</b>	<b>Nome do Curso</b>	<b>Grau</b>	<b>Modalidade</b>
(571) UFPR	(1113245) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(54) UNICAMP	(1297385) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(1036) UEMG	(5001272) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(574) UFRRJ	(1105183) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(596) UFVJM	(1168159) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(1027) UENF	(1157031) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(730) UEPG	(1142486) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(577) UFAL	(1151781) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(595) UNIFAL-MG	(1160421) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(587) UFRPE	(1152250) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(17) UFU	(1137878) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(1) UFMT	(1113617) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(56) UNESP	(22176) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(3849) UFT	(1292645) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(829) UNITINS	(1292771) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(18759) UFCA	(1127894) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(5242) UNEAL	(1214156) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(548) UFMA	(1153474) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(107) UFSJ	(1174241) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(572) UFF	(1125326) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(15497) UNILAB	(1139343) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(2076) FARB	(53696) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(1414) FSL	(47562) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(699) UNIR	(1125764) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(576) UFJF	(1105396) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância

(57) UEM	(1134434) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(582) UFSM	(1134798) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(570) UFRN	(1151028) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(568) UEMA	(1143730) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(579) UFPB	(1203263) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(3336) UERGS	(1333090) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(5242) UNEAL	(1214147) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(29) UECE	(29776) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(5242) UNEAL	(111302) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(569) UFPA	(1203245) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(830) UNIFAP	(1262698) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(585) UFSC	(123582) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(584) UFG	(1188879) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(694) UFMS	(1184985) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(5242) UNEAL	(1214153) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(5242) UNEAL	(1214151) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(47) UEG	(1182836) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(592) UFLA	(1148207) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(4) UFAM	(1287406) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Sequencial	Presencial
(756) UESPI	(1151127) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(550) UEPB	(5001295) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(592) UFLA	(150124) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(890) EG	(17439) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(15497) UNILAB	(1192453) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(572) UFF	(1151651) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(3393) FACDOMBOSCO	(73484) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(3160) IFAL	(1141424) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(1396) UDC	(59812) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(43) UDESC	(117348) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(3984) UNIVASF	(1270516) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância

(2484) PFD	(1136978) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(3336) UERGS	(1333092) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(2409) ASCES	(5000189) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(693) UNIRIO	(115472) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(2783) FATENE	(1284583) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(40) UNEB	(1179874) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(43) UDESC	(1287475) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(3) UFS	(1116573) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(1028) UEMS	(1185307) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(583) UFC	(1216500) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(6) UFOP	(111502) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(4504) UFGD	(1204217) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(29) UECE	(1151706) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(5242) UNEAL	(1214157) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(151) FGV-EAESP	(27540) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(4) UFAM	(1183006) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	A Distância
(3170) Estácio Florianópolis	(26840) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(4962) UNIFEMM	(100210) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(15001) UNILA	(1313441) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial
(581) UFRGS	(1313521) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SOCIAL	Bacharelado	Presencial
(3303) ICE	(120100) GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	Sequencial	Presencial
(3303) ICE	(120098) GESTÃO DE PESSOAS EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	Sequencial	Presencial
(570) UFRN	(116928) GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial
(2) UNB	(122212) GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial
(583) UFC	(1314356) GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial
(55) USP	(91625) GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial

(513) UNIVALE	(1279397) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(2122) Estácio FASE	(1070955) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3392) FABEC	(1106195) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(4095) FTED	(80950) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1330019) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(881) IMESA	(1293429) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1507) FACEB	(1180223) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1205) FAEL	(1259995) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(19512) IMEPAC	(96863) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(11544) FAMA	(1260101) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(352) UNIPÊ	(1211178) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
-2964	(1204949) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1186277) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(4503) UFRB	(1105377) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(14156) FUNEES Teófilo Otoni	(1189369) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1330020) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
-5277	(1056743) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1233) UNIRONDON	(92805) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(2561) FCA	(93005) GESTÃO PÚBLICA	Sequencial	Presencial
(3172) UEA	(1330018) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(367) UNIMONTES	(1317781) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(663) UNIVERSO	(92683) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1187981) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1186275) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1186569) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1334) FACISA	(1126976) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(298) UNOPAR	(1190157) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(4098) IFFarroupilha	(1103187) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
-14246	(74552) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1196) UNICESUMAR	(1164570) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância

(322) UNIP	(1279370) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(12268) FACO	(1031623) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1256) DOM BOSCO	(108200) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1186291) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(71) UERN	(1327390) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(140) USS	(119220) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
-4629	(97163) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(135) CEUCLAR	(1165176) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(4169) FNC	(1260838) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3877) FBC	(1260038) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(663) UNIVERSO	(67713) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1055) FMN SALVADOR	(95009) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(417) UNICID	(1317671) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(385) UNIFACS	(1270316) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(1557) FUMEC	(1266544) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(724) UNIFACEX	(97139) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(4785) IFRO	(1204018) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3985) SENACSP	(1321867) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(398) UNIT	(1108094) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(4786) IFTO	(90773) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(2561) FCA	(71755) GESTÃO PÚBLICA	Sequencial	Presencial
(367) UNIMONTES	(1303511) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(449) ULBRA	(120661) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(3172) UEA	(1186278) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1060) IESB	(1279701) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(663) UNIVERSO	(109144) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(5316) FUL	(1285127) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(322) UNIP	(1286760) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(3172) UEA	(1186290) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1762) FTNCDA	(75427) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial

(663) UNIVERSO	(92673) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(316) UNINOVE	(1170369) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(221) UNICSUL	(1321295) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(3172) UEA	(1330017) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1330093) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(167) UMESP	(115816) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(2950) FADERGS	(1167530) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3333) Ftec Caxias	(1074800) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(532) UNIJUI	(111050) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(526) UBC	(1166529) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(3172) UEA	(1187985) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(571) UFPR	(1126604) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1185) UNIJORGE	(1139912) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(2383) IMED	(101182) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1186288) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1661) FAPRO	(1204951) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(4969) ITOP	(1155145) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1330013) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(271) UNOESTE	(73093) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(780) UNIC / PITÁGORAS	(97114) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1186294) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(663) UNIVERSO	(109088) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(402) UNICEUB	(1280009) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1226) IESACRE	(1128660) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(494) UNISUL	(1164293) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(3172) UEA	(1186289) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(135) CEUCLAR	(123482) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(5394) FENORD	(117702) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(402) UNICEUB	(1280008) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1702) ESTÁCIO AMAZÔNIA	(69027) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial

(718) UNP	(98077) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(374) FMU	(1185344) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1060) IESB	(1183705) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(1658) FGF	(1132843) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(1538) FAPRO	(1204912) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1082) IFRN	(1129882) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1645) FTC	(1261390) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(387) UCDB	(115948) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(3099) FPB	(105642) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1298) ESTÁCIO FAL	(120964) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1491) UNINTER	(80940) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1060) IESB	(1074413) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(14724) IFPR	(113741) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(71) UERN	(1327392) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1113) UNIEURO	(120481) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(663) UNIVERSO	(67789) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1186281) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1186280) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(634) UFPEL	(1147036) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(671) UNIDERP	(1107828) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(1185) UNIJORGE	(1161854) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(4096) Ftec Porto Alegre	(1057613) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1330012) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1350) FVJ	(1257742) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(634) UFPEL	(120803) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1330016) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(824) FAFICH	(1214124) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(437) UNIPAR	(1322404) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(3172) UEA	(1315416) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1187983) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial

(386) UNI- ANHANGÜERA	(1167040) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(2343) FAAO	(1174892) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(120906) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(578) UFBA	(1102487) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(14724) IFPR	(1128153) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3162) IFSC	(107694) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(4086) FATEJ	(110030) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(403) UCB	(119024) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(71) UERN	(1327393) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1419) UNICURITIBA	(1120585) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(2927) FDR	(1121061) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1330021) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1186271) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1952) FACULDADES CATHEDRAL	(1283962) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(163) UNESA	(1175191) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(718) UNP	(1205467) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(14148) FUNEC Mariana	(91365) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(4251) PIT-FATEC	(113845) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(496) UNIFRAN	(1323006) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(2229) FVH	(1331003) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1186286) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1060) IESB	(1188232) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(668) CIESA	(109640) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(13625) FATENP	(1058939) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1330022) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
-926	(105477) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(570) UFRN	(1109330) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3164) IFMT	(1342448) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial

(3756) ALFA	(1161688) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1851) EBAPE	(1073535) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(3172) UEA	(1186270) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(47) UEG	(1328772) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1309) FAPRO	(1205931) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(600) IFMA	(1103318) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1344) FBM	(117038) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(2484) PFD	(1280607) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(518) UDF	(114374) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1149) CEUNSP	(115424) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1330015) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(417) UNICID	(1154117) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1472) UNIASSELVI	(1170436) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(316) UNINOVE	(1298960) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(5322) UNIPAMPA	(120201) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(423) URI	(1126143) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(718) UNP	(97936) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3876) IAVM	(5000943) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(3172) UEA	(1186276) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1186274) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(473) FCEACDB	(1118272) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1491) UNINTER	(89855) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(1515) UNIRON	(1257909) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(571) UFPR	(115540) GESTÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(3172) UEA	(1330014) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1786) IMES	(1104261) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
-5403	(1203250) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(3172) UEA	(1330023) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3427) FJAV	(1259315) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(14157) FUNEES Uberlândia	(1260935) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial

(1233) UNIRONDON	(1341540) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(295) UNISC	(1106742) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(579) UFPB	(1125642) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1186272) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1854) CLARETIANORC	(1149751) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(23) FEEVALE	(1179130) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(663) UNIVERSO	(109209) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(663) UNIVERSO	(108502) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1186292) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(2096) DOCTUM	(1285132) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(349) UNI-BH	(75620) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1530) FCJ	(1260622) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1080) FASE	(1105455) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(71) UERN	(1327391) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1813) IFPA	(105480) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1186273) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(526) UBC	(1348180) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(3172) UEA	(1186283) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(527) PUC GOIÁS	(97705) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1836) UNIFEOB	(1348191) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(3172) UEA	(1330235) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(5591) FICA	(85356) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(663) UNIVERSO	(1204354) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(3172) UEA	(1186279) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(1036) UEMG	(97509) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(953) UNIMES	(1268553) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(1270) UNISEB	(1328955) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	A Distância
(344) UMA	(1149833) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(2036) ESTÁCIO FAP	(122416) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(2451) FAINTIPI	(101784) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial

(575) UFMG	(121515) GESTÃO PÚBLICA	Bacharelado	Presencial
(14408) IFB	(1180457) GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Presencial
(15059) UFOPA	(1203286) GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Bacharelado	Presencial
(1785) FACIDER	(87864) GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	Sequencial	Presencial
(586) UFRJ	(1114296) GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	Bacharelado	Presencial
(4925) UFABC	(1161406) POLÍTICAS PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial
(581) UFRGS	(1140233) POLÍTICAS PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial
(572) UFF	(1160469) POLÍTICAS PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial

Fonte: Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 22 de abril de 2016.